



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (02/08) a Quinta-feira (08/08)

Manchetes

MPF: MPF investiga atraso da concessionária de Belo Monte na entrega de presídio que poderia ter reduzido superlotação em Altamira (PA)

G1: A cada dia, três presos são torturados no RJ, diz Defensoria

G1: MP-GO aciona a ONU e cita 'violação de direitos humanos' por superlotação na CPP, em Aparecida de Goiânia

Folha de S. Paulo: Maioria dos detentos em presídio do massacre de Altamira é de presos provisórios

MPF: 7CCR participa de debate sobre pacote anticrime no Senado

Metrópoles: Órgão de combate à tortura denuncia “desmonte completo” pelo governo

MPF: Abertas inscrições para o debate “Desmilitarizar a polícia: segurança pública e direitos humanos”

Síntese das notícias

MPF investiga atraso da concessionária de Belo Monte na entrega de presídio que poderia ter reduzido superlotação em Altamira (PA): O Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito civil para investigar a notícia de atraso na entrega do Complexo Penitenciário de Vitória do Xingu, no sudoeste do Pará. O município de Vitória do Xingu é vizinho de Altamira, onde 58 presos morreram na segunda-feira (29) durante rebelião em uma unidade prisional. Um dos objetivos da construção do novo complexo penitenciário é reduzir a superlotação das cadeias da região. No despacho de instauração do inquérito, o MPF determinou o envio de ofício à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup) com requisição de cópia do convênio assinado para a construção do complexo, informações sobre o estágio atual dos trabalhos e sobre o cronograma para finalização e entrega da obra, dados sobre os recursos destinados ao projeto, e esclarecimentos sobre as medidas adotadas pelo Estado do Pará em decorrência do noticiado atraso na conclusão das obras. (01/08/2019)

A cada dia, três presos são torturados no RJ, diz Defensoria: Um levantamento da Defensoria Pública do RJ mostra que, por dia, pelo menos três presos são torturados no estado. O estudo compilou 931 denúncias de tortura ou tratamento cruel enviadas ao



Núcleo de Direitos Humanos da defensoria em menos de um ano – de agosto do ano passado a maio deste ano. Segundo os registros, os agentes de segurança pública seriam os principais autores das violações. Desses agentes, as denúncias contra policiais militares correspondem a 82% dos casos. Fonte: **G1. (02/08/2019)**

MP-GO aciona a ONU e cita 'violação de direitos humanos' por superlotação na CPP, em Aparecida de Goiânia:

O promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás (MP-GO) Marcelo Celestino acionou a Organização das Nações Unidas (ONU) para denunciar uma "violação de direitos humanos" decorrente da superlotação na Casa de Prisão Provisória (CPP), no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, Região Metropolitana da capital. O documento foi expedido em meio a uma batalha judicial sobre o tema. Inicialmente, o MP-GO havia conseguido junto à Justiça a proibição da entrada de novos presos na unidade, justamente por, segundo apurou, comportar mais que o dobro da capacidade de presos. Entretanto, o Governo de Goiás, responsável pela cadeia, entrou com recurso e conseguiu reverter a decisão, que libera o ingresso de detidos no local.

Fonte: **G1. (07/08/19)**

Maioria dos detentos em presídio do massacre de Altamira é de presos provisórios:

Palco do mais recente massacre do sistema carcerário, o Centro de Recuperação Regional de Altamira tem a maioria dos seus presos sem julgamento. O levantamento é da Defensoria Pública do Pará e não inclui a situação jurídica dos 62 internos mortos. Atualmente, há 206 internos no presídio, parcialmente incendiado durante a rebelião da última segunda-feira (29). Desses, 120 são provisórios, 69 foram condenados e 17 têm tanto condenação quanto processos não julgados. A unidade tem capacidade para 208 internos, mas abrigava cerca de 300 presos quando houve a rebelião. Fonte: **Folha de S. Paulo. (01/08/2019)**

7CCR participa de debate sobre pacote anticrime no Senado: O coordenador da Câmara de Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial (7CCR) do Ministério Público Federal (**MPF**), o subprocurador-geral da República Domingos da Silveira, participou nesta quinta-feira (8) de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal para discutir o PL 1.864/2019. Conhecido como pacote anticrime, o projeto de lei foi apresentado pelo Ministério da Justiça e



Segurança Pública e pretende alterar o Código Penal e outros 12 dispositivos legais. O risco de o projeto de lei contribuir para o encarceramento e aumentar a pressão no já precário sistema prisional brasileiro foi um dos principais pontos discutidos durante a audiência na CCJ. Domingos da Silveira apresentou um panorama do sistema, que, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), abriga mais 720 mil pessoas, tendo capacidade para 320 mil. **(08/08/19)**

Órgão de combate à tortura denuncia “desmonte completo” pelo governo: Após o decreto do governo federal que exonerou 11 peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e passou a considerar a função do órgão não mais como remunerada e, sim, voluntária, o comitê voltou a denunciar ações do Executivo. Em nota, o MNPCT informou que a atual gestão determinou que mesmo em caráter voluntário peritos não tenham mais acesso à estrutura de trabalho sem a prévia autorização ou intermediação direta da Secretaria de Nacional de Proteção Global (SNPG) – vinculada à Presidência. De acordo com a manifestação, na prática, o órgão – responsável pela apuração de violações de direitos humanos em presídios, hospitais psiquiátricos e asilo – perde toda a estrutura administrativa que dispunha para executar seu trabalho. Fonte: **Metrópoles. (06/08/2019)**

Abertas inscrições para o debate “Desmilitarizar a polícia: segurança pública e direitos humanos”: Estão abertas as inscrições para o debate "Desmilitarizar a polícia: segurança pública e direitos humanos", a ser realizado na sede da Procuradoria-Geral da República, em 13 de agosto. Na ocasião, haverá também o lançamento de exposição fotográfica com a mesma temática, que ficará aberta ao público até 13 de setembro. Os eventos serão realizados pela Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal (7CCR/**MPF**) em parceria com a Organização Não Governamental (ONG) Justiça Global. Além do coordenador da 7CCR, subprocurador-geral da República Domingos Dresch, o encontro contará com a participação do especialista em segurança pública Luiz Eduardo Soares. Também participarão do debate Isabel Lima, coordenadora da área de Violência Institucional e Segurança Pública da Organização Não Governamental Justiça Global, e Elias Miller, coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo, diretor da Federação Nacional de Oficiais Militares Estaduais e chefe de gabinete do senador da República Major Olímpio

SINOPSE DE NOTÍCIAS

(PSL/SP).

